



Artigo

Educação, leitura, pobreza e analfabetismo em tempo de pandemia em Codó, Maranhão

Education, reading, poverty and illiteracy in a time of pandemic in Codó, Maranhão

Educación, lectura, pobreza y analfabetismo en tiempos de pandemia en Codó, Maranhão

José Carlos Aragão Silva¹, Cristiane Dias Martins da Costa², Alex de Sousa Lima³

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Codó-MA, Brasil

Resumo

Este artigo trata de educação, leitura, pobreza e analfabetismo em tempo de pandemia em Codó, localizado no estado do Maranhão. O texto é resultado de observações realizadas no ano de 2020 a partir do início da pandemia do Novo Coronavírus, quando o fechamento das escolas estaduais e municipais e a limitação do acesso ao trabalho pelas camadas populares tornou mais evidente as condições de pobreza em que se encontra o município de Codó. Para adentarmos nos temas centrais desse trabalho, iniciamos com uma discussão sinóptica acerca das bases para uma educação democrática e de qualidade, onde evidenciamos a importância da Constituição de 1988, marco referencial para a democratização do país, assim como da escola e, conseqüentemente, do acesso à leitura da palavra e de mundo pelos discentes. Nossa interpretação sobre a importância da leitura de mundo ou do letramento social é realizada com base nas análises de Freire (1987, 1989), Street (1995) e Soares (2000, 2017) acerca do tema. A última análise que realizamos no texto está focada na pobreza e no analfabetismo como fenômenos crônicos em nosso país, nosso estado e, inegavelmente, em Codó. Nessa parte interpretamos e evidenciamos os dados que mostram a relação permanente e histórica que existe entre a pobreza e analfabetismo, a qual submete e exclui ainda milhões de brasileiros.

Abstract

This article deals with education, reading, poverty and illiteracy in a time of pandemic in Codó, located in the state of Maranhão. The text is the result of observations made in the year 2020 from the beginning of the New Coronavirus pandemic, when the closure

¹ Docente do Curso de Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Doutor em História. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Formação Docente: Letramentos e suas mediações “FORDOC”. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0420-0531> E-mail: jose.aragao@ufma.br

² Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Doutora em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Formação Docente: Letramentos e suas mediações “FORDOC”. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2452-6296> E-mail: cristiane.dmc@ufma.br

³ Docente do Curso de Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Doutor em Geografia. Líder do Grupo de Pesquisa e Ensino de Ciências Humanas “PEnciH”. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0955-2958> E-mail: alex.lima@ufma.br

of state and municipal schools and the limitation of access to work by the popular strata made the conditions of poverty more evident municipality of Codó. To get into the central themes of this work, we start with a synoptic discussion about the bases for a democratic and quality education, where we highlight the importance of the 1988 Constitution, a benchmark for the democratization of the country, as well as of the school and, consequently, of the access to the reading of the word and the world by the students. Our interpretation of the importance of reading the world or social literacy is based on the analysis of Freire (1987, 1989), Street (1995) and Soares (2000, 2017) on the theme. The last analysis we carried out in the text is focused on poverty and illiteracy as chronic phenomena in our country, our state and, undeniably, in Codó. In this part, we interpret and highlight the data that show the permanent and historical relationship that exists between poverty and illiteracy, which still submits and excludes millions of Brazilians.

Resumen

Este artículo trata sobre la educación, la lectura, la pobreza y el analfabetismo en una época de pandemia en Codó, en el estado de Maranhão. El texto es el resultado de la aprobación en 2020 desde el inicio de la pandemia del Nuevo Coronavirus, cuando el cierre de escuelas estatales y municipales y la limitación de acceso al trabajo por parte de los estratos populares se hacen más evidentes como las condiciones de pobreza en las que se encuentra el municipio de Codó. Para adentrarnos en los temas de este trabajo, partimos de una discusión sinóptica sobre las bases de una educación democrática y de calidad, donde destacamos la importancia de la Constitución de 1988, referente para la democratización del país, así como de la escuela y la educación. , en consecuencia, acceder a la lectura de la palabra y del mundo por parte de los alumnos. Nuestra interpretación de la importancia de la lectura del mundo o la alfabetización social se basa en el análisis de Freire (1987, 1989), Street (1995) y Soares (2000, 2017) sobre el tema. El último análisis que realizamos en el texto se centra en la pobreza y el analfabetismo como fenómenos crónicos en nuestro país, en nuestro estado y, sin lugar a dudas, en Codó. En esta parte, interpretamos y destacamos los datos que muestran la relación permanente e histórica que existe entre pobreza y analfabetismo, que aún somete y excluye a millones de brasileños.

Palavras-chave: Educação, Leitura, Pobreza, Analfabetismo.

Keywords: Education, Eeading, Poverty, Illiteracy.

Palabras claves: Educación, Lectura, Pobreza, Analfabetismo.

1. Introdução

A educação pública, gratuita e laica sempre foi um grande desafio para a sociedade brasileira. Apesar de garantias legais de acesso, o ensino de qualidade para todos ainda não é garantido⁴, pois temos uma população específica de crianças e jovens, em sua maioria de pele negra, que ficam à margem dos seus direitos devido a profunda desigualdade social existente em nosso país.

⁴ Conforme pesquisa do UNICEF, em 2019, mais de 1,1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória estavam fora da escola na educação básica no Brasil. As crianças de 4 e 5 anos totalizavam 384 mil, os adolescentes de 15 a 17 anos somavam 629 mil e as crianças de 6 a 14 anos eram 82 mil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-de-6-10-anos-sao-mais-afetadas-pela-exclusao-escolar-na-pandemia>. Acesso em: 05 de jul. 2020.

Discutir, ainda que de forma breve, os elementos que envolvem os fenômenos Educação e Pobreza em tempo de pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19) é nosso objetivo neste texto que está dividido em duas partes. Na primeira faremos uma discussão sobre o tema educação envolvendo a necessidade e a importância da leitura para compreensão da realidade e do mundo, principalmente nos dias de hoje.

Para dissertar sobre a importância da leitura da palavra e a leitura de mundo ou leitura social, faremos uso das interpretações de Freire (1987, 1989), Street (1995) e Soares (2000, 2017), considerando que suas experiências de pesquisas apontam que aprender a ler o mundo é crucial para intervir de forma crítica na realidade que o cerca.

Na segunda e última parte desse artigo, nos debruçaremos sobre a pobreza e sua relação íntima com o analfabetismo, fenômeno que tem se mantido ao longo da história brasileira com percentuais semelhantes aos da pobreza. O que demonstra que ele tem uma relação intrínseca com o empobrecimento, conforme observados nos números apontados em Ferraro e Kreidlow (2004), Rocha (2004), Singer (1986) e outros.

A investigação analisou informações acerca da pobreza no Maranhão voltando seu olhar para o município de Codó, cuja situação de empobrecimento das camadas populares se evidenciou fortemente durante a pandemia do Novo Coronavírus. Nessa perspectiva examinamos os números da educação, da pobreza e do analfabetismo observando as condições enfrentadas na educação básica e na educação superior com foco nos alunos das camadas populares.

Analisamos ainda dados estatísticos dos órgãos governamentais como o IBGE e confrontamos essas informações com as obtidas através de formulários no *Google Forms* nas pesquisas junto a universidade e nas escolas da educação básica.

2. Os meandros metodológicos

A escolha metodológica para a construção da investigação, como se observa, se fez com o uso da pesquisa bibliográfica e do exame de fontes documentais, além de dados estatísticos relativos ao tema proposto.

Nessa perspectiva, a opção pelos autores que colaboram na interpretação dos dados se deu pela afinidade de suas pesquisas acerca da educação básica voltada para as camadas populares, cujos temas envolvem o educação, leitura, analfabetismo, pobreza, fome, violência e fracasso escolar no ensino básico.

Sobre a pobreza e o analfabetismo, a metodologia empregada para compreender esses fenômenos fez uso tanto da bibliografia sobre o tema quanto dos dados estatísticos. Os resultados encontrados, os quais podem ser conferidos no texto, constata que essas barreiras para a emancipação das camadas empobrecidas caminham juntas ao longo dos séculos no Brasil.

Para a análise do ensino remoto em Codó, Maranhão, em tempos de pandemia do Novo Coronavírus foi necessário examinar informações obtidas na Secretária de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC) e na Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMCTI) a respeito do acesso e permanência na sala de aula on-line. Fato que revelou a face perversa da exclusão social e econômica de Codó e do Maranhão.

Para tornar mais evidente os dados estatísticos que estão no corpo deste artigo, os autores optaram por exibi-los por meio de figuras que sintetizam em números a avaliação quantitativa presente na pesquisa. Ressalte-se que tal procedimento corrobora veemente com toda análise qualitativa que é feita no decorrer do texto.

3. A educação e a importância de ler o mundo

Faz-se necessário sublinhar que os avanços educacionais brasileiros mais recentes surgem com a redemocratização do país e da escola no final da década de oitenta. De fato, é a partir das últimas décadas do século passado que iniciamos os passos para garantir uma educação de qualidade, a qual foi garantida com a promulgação da Constituição Federal (1988); com a proteção dos direitos da criança e do adolescente, através do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); com a garantia do acesso ao ensino básico, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), entre outros.

É nesse contexto de mudanças que se estabelece para a escola um papel essencial na transformação da vida dos cidadãos e cidadãs, dada a sua função social, política e pedagógica na vida das pessoas. Será essa instituição aquela que precisará acolher a todos sem distinções de cor, raça, credo ou condição econômica, permitindo os mesmos direitos e oportunidades para a construção e ampliação dos conhecimentos dos estudantes, levando em conta, ainda, a subjetividade, o contexto e o conhecimento prévio de todos.

Conforme a definição acima, a escola deve(ria) ser um local privilegiado para discutir as estruturas de poder vigentes e as bases que sustentam as desigualdades sociais no país. Para colocar em prática esse aprendizado, a escola deveria tomar por base a própria realidade vivida pelos alunos em seus estados e municípios. Em tese, a escola deveria ser o espaço onde se aprende e se pratica os princípios da equidade e da inclusão.

Noutros termos, a escola deveria ser inclusiva. Ou seja, deve(ria) pensar no acesso, na permanência e na participação de seus alunos de forma plena. Essa escola inclusiva deve(ria) ser também antirracista, com espaço que trabalhe a igualdade de gênero; a pluralidade de ideias; e o respeito às diferenças. A escola inclusiva deve(ria) ter a cara da diversidade brasileira, que é rica em etnias, gêneros, religiões e orientações sexuais; deve ser um lugar em que todos e todas se sintam pertencentes e representados.

Apesar do que é garantido pela Constituição de 1988, o que se observa, no entanto, é que a escola não cumpriu o seu papel emancipador da forma esperada. Um exemplo que podemos citar aqui é o fato de que os alunos que mais precisam da escola pública, são aqueles que ainda tem mais dificuldades para permanecer no ambiente escolar. Conforme Soares (2017), isso acontece porque a escola que deveria ser para o povo é contra o povo, ao invés de aproximar os alunos das camadas populares⁵ os distanciam reforçando/reproduzindo a desigualdade social.

⁵ Segundo o critério de estratificação social da população brasileira por renda familiar, utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode-se considerar que as camadas populares agregam as famílias das classes D e E, em que a renda mensal familiar é de até 3 salários mínimos (em 2018, o valor do salário mínimo era de R\$ 957,00 reais).

A autora ainda sublinha que um fator relevante para explicar o fracasso escolar desses alunos oriundos das camadas populares é a linguagem utilizada na escola, pois de acordo com Soares (2017), a escola usa e quer ver usada a variante da língua socialmente prestigiada, o que evidencia as diferenças entre os grupos sociais e gera discriminação em relação ao uso da língua dos estudantes provenientes das camadas populares.

Dito de outra forma, as variantes linguísticas das camadas populares são escolarmente estigmatizadas e desprestigiadas dentro da escola, o que favorece na permanência de preconceitos linguísticos e de classe social que levam também às dificuldades de aprendizagem do estudante (SOARES, 2017).

Nesse sentido, para ser bem-sucedido na escola é necessário que o aluno saiba fazer uso da linguagem utilizada/valorizada por ela. Não basta aprender a ler ou escrever, ou seja, apreender a técnica da codificação e da decodificação, procedimento atribuídos ao processo de alfabetização. É necessário saber fazer o uso social da leitura e da escrita, além de saber utilizar de uma linguagem que é socialmente valorizada por um grupo social específico que detêm o poder econômico, social e político, e que, historicamente, estabelece diversos obstáculos para manter os estudantes das camadas populares distantes.

Assim, como está previsto em nossa Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), e já mencionamos anteriormente noutros termos, cabe à escola mais do que alfabetizar e possibilitar aos seus alunos os domínios dos códigos de alfabetização. É preciso que ela considere as possíveis consequências políticas da inserção do aprendiz no mundo da escrita. De fato, tal preocupação favorecerá uma leitura crítica das relações sociais e econômicas (re)produzidas em nossa sociedade.

Paulo Freire (1989) considera que a proposta de uma educação para a liberdade não significa transmitir ideias como verdadeiras ou melhores. Para esse autor, o ensino e a aprendizagem são dialógicos por natureza. O resultado dessa ação dialógica depende da percepção de cada um como cognoscente, atitude essa que o autor chama de conscientização.

A pedagogia de Paulo Freire fundamenta-se numa compreensão filosófica do poder gerador da linguagem, ou seja, quando falamos o nosso poder discursivo da linguagem traz o pensamento junto, sendo a elocução e o significado simultâneos e correlatos.

Entretanto, estamos tão acostumados a pensar na linguagem como um “meio de comunicação” que nos surpreendemos ao pensar na linguagem como o meio de construir aqueles significados que desejamos comunicar. Assim, no campo da teoria da alfabetização o mais importante é olhar e olhar novamente para o papel de uma percepção do perceber, de pensar sobre o pensamento, de interpretar nossas interpretações (BERTHOFF, 1995, p. xi).

Nesse contexto, a sociologia da linguagem, interpretando as condições sociais da comunicação, explica as relações de comunicação linguística que atuam na sociedade e, conseqüentemente na escola. Ou seja, a articulação e a interação das relações entre sociedade, escola e linguagem apontam importantes contribuições para a compreensão do caráter político e ideológico do uso e do ensino da língua na escola (SOARES, 2017).

Compreender esse caráter político e ideológico contido no ensino da língua não é fácil, pois estamos acostumados a pensar na linguagem apenas

como um meio inofensivo de comunicação. Quando avançamos um degrau acima e pensamos na linguagem também como o meio de construir significados daquilo que desejamos comunicar, damos conta de que podemos usar a linguagem para dominar ou para libertar o outro.

Em meio a tantos desafios já enfrentados para chegarmos a uma educação de qualidade para todos, recentemente fomos surpreendidos com uma pandemia que exigiu de nós uma nova forma de pensar a escola e o ensino e evitar a propagação de uma doença letal, a Covid-19.

Nesse novo cenário onde distanciamento social é uma regra importante para evitar que as pessoas sejam acometidas pela Covid-19, as escolas passaram a funcionar de maneira remota, o que deixou ainda mais explícita as desigualdades no Brasil. Em números, é possível notar o quão desigual se faz essa Nação, quando se constata que 4,8 milhões de crianças e adolescentes, na faixa etária de 9 a 17 anos, não têm internet em casa. Isso equivale 17% de todos os brasileiros que pertencem a essa faixa de idade. Esses dados foram divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e fazem parte da pesquisa *TIC Kid Online (2019)*⁶.

Importa sublinhar que a desigualdade no Brasil é um fenômeno que sempre existiu. Os alunos que estão sem acesso à internet hoje não são das camadas médias da sociedade brasileira, eles fazem parte do mesmo grupo de estudantes que historicamente lutam para permanecer na escola de forma presencial, atravessando desafios diários, como a fome, a violência, o preconceito, a discriminação e a falta de acesso a moradia, a água e aos bens culturais.

A pesquisa mencionada acima toca timidamente no fenômeno das desigualdades sociais no Brasil. Não obstante, sabemos que o fator econômico tem sido decisivo para garantir o acesso à internet, o que deixa explícito que sem condições financeiras mínimas o aluno ficará fora desse universo. Fato que se agrava nas regiões mais empobrecidas do país, onde a referida pesquisa da Unicef aponta que nas regiões Norte e Nordeste o acesso é menor se comparado às do Sul e Sudeste.

No tocante às desigualdades sociais, a pandemia do Novo Coronavírus nos fez refletir sobre um novo ângulo a respeito da educação em nosso país ao revelar que o acesso ao ensino e às tecnologias educacionais não chegam a cinco milhões de crianças e jovens. Note-se que já imaginávamos tal situação, contudo, a pandemia desnudou veementemente a realidade educacional e social brasileira de uma forma jamais imaginada ao deixar clara as condições em que cada estudante se encontra na escola, quando os impediu de frequentar a sala de aula de forma presencial e os impeliu ao ensino remoto.

Inegavelmente, uma pessoa que conhece minimamente as bases em que se assentam a sociedade brasileira sabe que as desigualdades sociais e econômicas têm uma relação direta com as oportunidades de acesso à educação, saúde, alimentação, bens culturais, entre outros. Ciente disso, é possível questionar os princípios de equidade e inclusão que se espera da escola. Ou seja, a escola tem incluído todos de forma equitativa? Quais são características dos alunos que mais fracassam na escola? Quais são as ações

⁶ Conferir: <https://cetic.br/pt/publicacao/executive-summary-survey-on-internet-use-by-children-in-brazil-ict-kids-online-brazil-2019/>

da escola para possibilitar as mesmas oportunidades a todos os alunos? Qual a linguagem utilizada e exigida pela escola?

Embora não exista uma receita pronta ou uma resposta exata para cada questionamento, uma das maneiras de superação dos desafios que são postos para a escola em nosso país seria desenvolver uma prática pedagógica comprometida com uma leitura que transcenda o simples ato de decifrar os signos alfabéticos e possibilite aos discentes uma leitura de mundo, uma leitura de sua realidade. Nos termos freirianos, essa leitura de mundo precede a leitura da palavra (FREIRE, 1989).

Acreditamos que essa leitura de mundo de que trata Freire pode ser entendida também como o “letramento social” defendido por Brian Street (1995). Para esse autor o discente deve compreender através de seu aprendizado que as práticas letradas são produtos da cultura, da história, dos discursos e das relações de poder a ele associados (STREET, 1995).

O problema, no entanto, é que tanto a leitura de mundo, quanto o letramento social dependem do acesso que os estudantes terão aos meios para aprender sobre a leitura da palavra, a história e a cultura. Um exemplo que podemos citar é a dificuldade de acesso a leitura literária, a qual poderia permitir que os alunos das classes desfavorecidas socioeconomicamente conheçam a língua considerada “legítima⁷” que é utilizada na escola através de leituras diárias.

Essa dificuldade de acesso dos estudantes à leitura literária impede, conforme pesquisas de Soares (2017), que os alunos aprendam essa língua considerada correta, assim como saber produzi-la e consumi-la no seu dia a dia. Para a autora, o que as escolas vêm fazendo é apenas possibilitar o reconhecimento pelos alunos das camadas populares de uma maneira dita correta de falar e escrever diferente daquela que dominam.

Dominar a leitura torna-se, de fato, um elemento importante para libertar-se do discurso dominante das classes abastadas. Ao contrário do que se possa pensar, a prática da leitura de mundo e do letramento social pode iniciar bem cedo. O gosto pela leitura demonstrado através dos estudos⁸ *Longitudinal Study of Australian Children* (LSAC)⁹ apontam que a frequência de leitura para crianças tem um efeito causal direto sobre os resultados da escolaridade, independentemente dos antecedentes familiares e do ambiente doméstico.

A pesquisa constatou que a leitura para crianças com idade entre os 4 e 5 anos tem um efeito positivo significativo sobre suas habilidades de leitura e habilidades cognitivas (ou seja, linguagem e alfabetização, numeramento e cognição). A investigação também pontuou que ler de 3 a 5 vezes por semana

⁷ Do ponto de vista das Ciências Sociais e da Antropologia não há uma cultura linguística considerada superior e outra inferior, ou mais complexas e menos complexas, ou ainda rica ou pobre. O que se considera é que cultura significa a maneira pela qual um grupo social se identifica, através de comportamentos, valores, costumes, tradições comuns e partilhadas, o que torna infundado cientificamente qualquer hierarquização de culturas.

⁸ A análise neste estudo utilizou a Corte de Criança de Longitudinal *Study of Australian Children* (LSAC) e seguiu um grupo de mais de 4.000 crianças com idade entre 4-5 anos em 2004 até os 10 e 11 anos. A LSAC inclui uma ampla gama de informações relacionadas com o ambiente familiar da criança, primeira infância e escolaridade.

⁹ O estudo foi realizado por meio da parceria entre o Departamento de Educação e Desenvolvimento da Primeira Infância e o Instituto Melbourne de Pesquisa Econômica e Social Aplicada nos Estados Unidos.

para as crianças, comparando com a frequência de leitura de duas vezes ou menos, possibilita que suas habilidades cognitivas equivalham a de crianças seis meses mais velhas (MOL e BUS, 2011).

A experiência de ler de 6 a 7 vezes por semana equivale ao desenvolvimento de habilidades de leitura e cognição referentes às crianças um ano mais velhas. Mol e Bus (2011) afirmam que estabelecer uma rotina de leitura de livros fornece às crianças uma variedade de entrada linguística rica que estimula o desenvolvimento de sua linguagem e serve de base para a exposição impressa contínua e frequente.

O que se constata averiguando os teóricos e as pesquisas, acerca da importância da leitura e da educação, é que elas transformam a vida das pessoas. Mudam a forma como enxergamos o mundo e a realidade que nos cerca, tornando sujeitos de seus destinos aqueles que são sujeitados pela classe dominante.

A leitura de mundo torna-se, portanto, o letramento social necessário para que os estudantes possam enfrentar as desigualdades e intervir nas estruturas de poder existentes na escola e na sociedade.

4. A pobreza e o analfabetismo como fenômenos inseparáveis no Brasil

A pobreza e o analfabetismo no Brasil são fenômenos inseparáveis. Esses dois elementos tão comuns na vida de milhões de brasileiros têm suas origens desde que aqui aportaram os primeiros europeus e estabeleceram o capitalismo como modo de (re)produção da vida nessas terras tropicais.

Ao longo de mais de cinco séculos a pobreza submeteu homens e mulheres às elites brasileiras, mantendo um legado de desigualdade e exploração que perpassou a escravidão negra e se manteve até os dias atuais. O analfabetismo manteve-se na mesma proporcionalidade. Em 1872 o Brasil ostentava a triste taxa de ter 82,3% das pessoas de cinco anos ou mais analfabetas (FERRARO e KREIDLOW, 2004).

Até os primeiros anos da República nada mudou em relação ao analfabetismo no país. Na verdade, os números de iletrados sofreram leve alta, chegando em 1890 a 82,6% dos habitantes com cinco anos ou mais analfabetos. Essa taxa só iria baixar muitos anos depois, pois até 1920 as taxas de analfabetismo no Nordeste brasileiro ficaram acima dos 80% (FERRARO e KREIDLOW, 2004).

Das duas primeiras décadas do século XX até 1960 a população brasileira, de acordo com Singer (1986) constituía-se, principalmente, de um subproletariado composto por 78,8% dos brasileiros, os quais estavam obrigados a sobreviver por conta própria, dada a falta de possibilidade para encontrar quem lhes comprasse a força de trabalho. Nesse cenário de exploração extrema dos trabalhadores, a taxa de analfabetismo que vinha desde 1920 na faixa dos 71,2% cai para 46,7% nas regiões consideradas desenvolvidas. Na região Nordeste, no entanto, os níveis se mantiveram nos mesmos patamares, mantendo a ordem de 61,6% a 72,6% (FERRARO e KREIDLOW, 2004).

Considerando os números acerca do grupo que Singer denominou de subproletariado (78,8%) ou no que poderíamos designar como empobrecidos e o número de analfabetos no país no período de 1920 a 1960 (71,2%) e ainda a

permanência desse percentual até a sexta década do século XX, no Nordeste, é possível constatar que os fenômenos pobreza e analfabetismo mantem-se em níveis semelhantes.

As décadas seguintes mantiveram a dinâmica do sistema capitalista perverso implantado no Brasil. A pobreza e o analfabetismo seguiram o ritmo desse modo de produção e nem mesmo o chamado milagre econômico, durante a ditadura militar, foi capaz de mudar essa realidade. Até porque, o milagre da economia brasileira foi para o grupo de sempre, a elite brasileira.

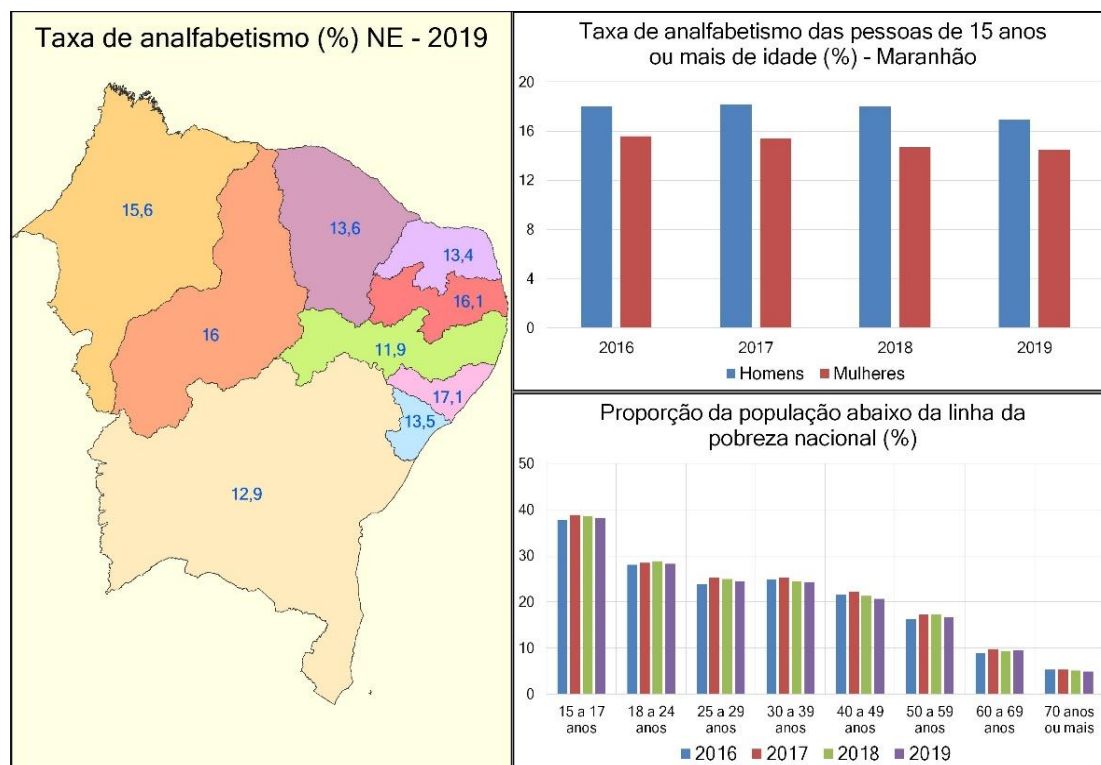
O Brasil, no entanto, sofreu as consequências pelo abandono da educação e de sua população trabalhadora. Nas últimas décadas do século XX o país ainda era uma nação de analfabetos nos sistemas de automação e informação. Apesar de não ter mais os 74,5% de analfabetos do final do século XIX, o número de pessoas que não sabiam ler e escrever com mais de cinco anos ainda era de 17% em 1980 (BOMENY, 2003).

Os números da pobreza estavam oscilando entre 35% e 30% até o final da década de 1990. No novo milênio, o percentual de pobreza caiu para 25% e a extrema pobreza estava em torno de 15% (ROCHA, 2004). Mais uma vez é possível perceber que o percentual de analfabetos no final do século passado (17%) e a pobreza extrema (15%) estão na mesma proporção.

Em 2019 a porcentagem de analfabetos entre pessoas de 15 anos ou mais era de 6,6% sendo que desse percentual, 3,6% eram de pessoas autodeclaradas brancas e 8,9% de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas. Desse mesmo percentual cerca de 6,9% são de homens e 6,3% são de mulheres. A figura 1 destaca, entre outras coisas, que o Maranhão é o quarto pior estado no ranking do analfabetismo no Nordeste, com os homens se destacando negativamente em relação às mulheres. Do grupo de analfabetos de 60 anos ou mais: 9,5% é branca e 27,1% são de pessoas preta ou parda¹⁰ (IBGE, 2019).

Ressalte-se que entre os anos de 2003 e 2013 os números da pobreza absoluta caiu para 5,5% (ROCHA, 2004). Comparando com o número do analfabetismo absoluto aferido pelo IBGE que era de 6,6%, novamente o analfabetismo e a pobreza se encontram em percentuais próximos que constata que esses fenômenos têm uma matriz comum, a desigualdade social e econômica vigente em nosso país. A figura 1 também destaca que há duas faixas etárias onde se concentram a pobreza no país: a de 15 a 17 anos com mais 35% e a de 18 a 49 anos, que apresenta-se acima de 20%. Esse panorama pode representar uma parcela significativa de mulheres e homens jovens, pretos e pardos, analfabetos que estão abaixo da linha da pobreza.

¹⁰ IBGE, 2019. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 05 de jul. 2020.

Figura 1 - Relação taxa de analfabetismo x pobreza

Fonte: organizado a partir de IBGE (2019).

5. A pobreza, a educação e o ensino remoto no Maranhão em tempos de pandemia

De acordo com a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC), 76% de sua rede de ensino está oferecendo ensino remoto para os estudantes. O restante, 24% dos estabelecimentos de ensino do estado não oferecem aulas à distância por razões diversas, dentre estas a falta de tecnologias e acesso pelos alunos.

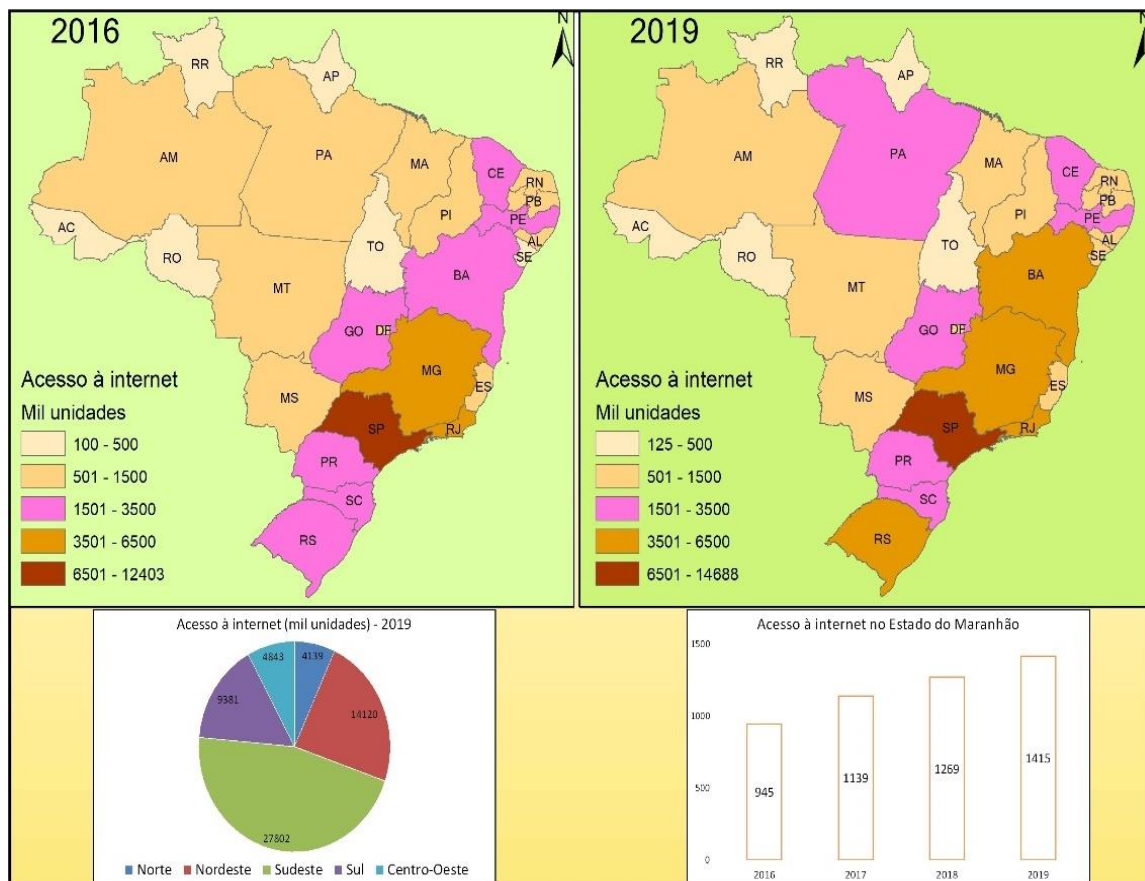
A SEDUC informa ainda que do total de 76% de aulas remotas oferecidas aos discentes da rede estadual, estima-se que quase 80% dos discentes estão participando regularmente das salas de aulas remotas. Fazendo um cálculo breve em cima do percentual estimado, se realmente 76% dos estabelecimentos de ensino do estado estão oferecendo aulas remotas, isso significa que aproximadamente 270 mil estudantes estão obtendo aulas em casa com o uso da internet.

O Estado do Maranhão atualmente tem um número estimado em 356 mil alunos matriculados. Se os cálculos da SEDUC estão próximos da realidade, cerca de 80 mil discentes estariam sem aulas nesse período de pandemia do Novo Coronavírus. Se observarmos os dados de acesso à internet no estado é possível concluir que o número de alunos sem aulas pode ser maior que o número estimado pela secretaria.

Os fatos que levam a essa hipótese estão pautados na constatação que o IBGE fez em 2018 que apontam que somente 69,8% da população brasileira tinham acesso à internet. O órgão ainda informa que cerca de 46 milhões de brasileiros não acessam a internet. Uma das razões é o alto preço dos serviços de acesso à rede.

Equipamentos caros para acessar a internet (computador, celular, *laptop*, *tablet*) também impossibilitam que a população empobrecida se conecte a *web*¹¹.

Figura 2 - Panorama do acesso à internet no Brasil, Regiões e Maranhão



Fonte: organizado a partir de IBGE (2019).

Na figura 2 é possível perceber que houve uma significativa mudança no comportamento de acesso à internet de 2016 a 2019 considerando as unidades da Federação. O que fica evidente também é que a região Nordeste concentra a segunda maior quantidade de acessos à rede, porém com baixa mobilidade se considerarmos as classes de acesso. Por exemplo, o estado do Maranhão apresentou cerca de 49% de aumento no número de acessos à rede.

Quando analisamos o acesso dos maranhenses à rede mundial de computadores, embora o percentual tenha aumentado para 61,4% entre 2017 e 2018, o que se constata na realidade é que os discentes desse estado ainda estão privados do acesso à rede por falta de equipamentos e de recursos para arcar com as despesas de internet. Isso porque o estado ainda tem o maior número de habitantes vivendo na extrema pobreza, com 54,1% dos seus cidadãos sobrevivendo com menos de um salário mínimo (CEE/FIOCRUZ, 2018).

Esses dados refletem significativamente a realidade cotidiana dos estudantes empobrecidos de Codó. Conforme informações obtidas junto aos professores da rede municipal de ensino, nesses tempos de pandemia da Covid-19 e ensino remoto,

¹¹ Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em: 05 de jul. 2020.

somente 25% dos estudantes tem conseguido assistir às aulas via internet. Ressalte-se, ainda, que os relatos dão conta de que desse percentual, grande parte dos discentes assiste as aulas pelo celular.

Na rede privada os números também não são animadores em Codó. Analisando as informações obtidas junto às escolas particulares, o que se constata é que o número de alunos que estão assistindo as aulas remotas não passa de 50%. As razões também estão ligadas ao acesso, equipamentos e despesas com a fornecimento de internet. Embora se possa pensar que o discente da escola privada desse município tenha mais condições do que o estudante da escola pública, a realidade nos diz outra coisa.

A situação em que se encontra a escola privada não é estranha à realidade de empobrecimento do município. Sustentada em sua maioria por trabalhadores assalariados, as instituições privadas passam, nesses tempos de pandemia, pela perda de alunos e de rendimentos. Ademais, é possível conjecturar que os outros 50% dos estudantes que não estão frequentando a sala de aula estejam enfrentando com suas famílias a crise econômica provocada pelo atual governo e ampliada pela pandemia, que eleva os efeitos da concentração de renda nas mãos de pouquíssimas famílias em Codó, as quais não permitem que o município deixe de estar entre os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, com 0,596.

No tocante ao ensino superior, os alunos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) do Campus Codó, do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História, realizaram uma pesquisa *on-line* para saber se os acadêmicos concordavam com o ensino remoto durante a pandemia do Novo Coronavírus. Dos discentes que responderam ao questionário, 60,9% não concordavam com o ensino remoto. As razões são as mesmas que atingem a escola pública e privada no município de Codó, a saber: falta/precariedade de equipamentos, limitações de acesso e recursos para arcar com as despesas de internet¹².

A pesquisa também revelou que somente 57,5% dos acadêmicos tinham acesso mais amplo à rede e que 42,5% tinha acesso limitado a internet, com problemas em relação à qualidade do serviço fornecido, o que segundo esses discentes, não seria suficiente para garantir que eles assistissem todas as aulas e vídeos de longa duração. Ademais, um significativo número de estudantes da UFMA informou que não dispunha de local adequado em casa para assistir aulas e realizar suas atividades acadêmicas. Esses acadêmicos fazem parte daqueles que costumam usar com frequência a biblioteca da instituição.

Outro fator apresentado pelos discentes da UFMA do Campus de Codó foram os dados acerca dos números de pessoas infectadas próximas a eles. De acordo com a pesquisa, 73,3% dos acadêmicos respondeu ter alguém infectado próximo. A análise dessa realidade pelos alunos foi provocada por uma pesquisa que essa Instituição de Ensino Superior já vinha realizando para conhecer a situação de seus alunos. A conclusão tanto da pesquisa da instituição quanto dos alunos, levaram à constatação de que o ensino remoto só poderia acontecer com amplo apoio da UFMA. Ressalta-se que o município de Codó apresentava naquela ocasião, no dia 31 julho de 2020, um

¹² A pesquisa foi realizada entre 20 e 24 de maio de 2020 e contou com a participação de 87 acadêmicos. O levantamento foi coordenado por discentes do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História através da plataforma *Google Forms*.

total de 3.638 infectados pela Covid-19, com 74 óbitos. Até o dia 19 de março de 2021 o número de óbitos era de 131 pessoas¹³.

A UFMA avaliou seus dados e chegou à mesma conclusão da pesquisa dos discentes do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História de Codó: o ensino presencial não seria possível em 2020 se a instituição não garantisse o acesso daqueles que não poderiam assistir aulas remotas. Assim, a UFMA adquiriu e disponibilizou aos alunos em situação de vulnerabilidade *tablets* e *chips* para que pudessem participar das aulas remotas. Esses equipamentos foram concedidos aos acadêmicos através de seleção por editais específicos. Vale sublinhar que o primeiro semestre de 2020 só iniciou em setembro do mesmo do ano¹⁴.

Considerada uma pesquisa importante também para conhecer o perfil de seus estudantes, a UFMA constatou que, entre os seus acadêmicos, 52,9% tem renda de até um salário e meio e que 48,7% ingressaram na universidade por meio de cotas. Esses dados revelam dois aspectos importantes: o primeiro, é que a instituição está voltada para população de baixa renda; e, o segundo, é que o acesso por cotas tem sido amplamente garantido na instituição.

6. Considerações finais

Nossas considerações ao final deste artigo já estão evidenciadas no decorrer do trabalho. Por conta disso, ponderamos que os desafios enfrentados pela população empobrecida – de nosso país, do Maranhão e, notadamente do município de Codó – para ter acesso à educação de qualidade ainda permanecem tão desafiadores quanto antes da pandemia do Novo Coronavírus. Para tanto, basta observarmos os números de acessos dos estudantes das camadas populares ao ensino remoto.

Ressalte-se, ainda, que o discurso de um “novo normal” que costuma ser expressado pela classe dominante de nosso país não significa uma mudança no modo de vida ou mesmo das relações de trabalho vigentes. Com efeito, o chamado “novo normal” propalado pela burguesia reflete apenas uma mudança na modalidade de exploração dos trabalhadores pelos donos do capital.

Engana-se, portanto, quem pensou que esse lema significaria uma tomada de medidas para diminuir as desigualdades existentes no Brasil, e, acertou quem percebeu desde cedo que isso nada mais é do que uma estratégia para superexploração da classe trabalhadora através da máxima de que é preciso salvar a economia e os empregos. De fato, se não fosse verdade o que asseveramos, o patrimônio de 42 bilionários do Brasil não teria aumentado em 34 bilhões de dólares entre 18 de março e 12 de julho de 2020. Notícia que foi amplamente divulgada nos meios de comunicação de nosso país sem nenhum constrangimento.

¹³ Dados informados pela Secretaria Municipal de Saúde de Codó, por meio do Boletim Epidemiológico Covid-19.

¹⁴ A pesquisa da Universidade Federal do Maranhão que procurou medir a adesão dos alunos/as ao ensino remoto teve início no dia 4 de maio e foi até o dia 31 daquele ano. Dos 20.457 estudantes da UFMA, mais de dez mil responderam às perguntas que compunham o formulário. A pesquisa foi realizada no formulário *Google Forms* e abrangeu todos os Campus da UFMA, de São Luís ao continente.

Referências

- BERTHOFF, Ann E. Literacy: Reading the word and the world (Prefácio). *In*: FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. *Literacy: Reading the Word and the World*. South Hadley, MA: Bergin & Garvey, 1987, 184p.
- BOMENY, Helena. Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003, 29f.
- CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS FIOCRUZ. **IBGE**: Em um ano pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas. Rio de Janeiro, 2018. <https://cee.fiocruz.br/?q=IBGE-Pobreza-aumenta-e-atinge-54%2C8-milhoes-de-pessoas>. Acesso em: 05 jul. 2020.
- IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **PNAD Educação 2019: mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio**. Agência IBGE, Rio de Janeiro, 2019. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 05 jul. 2020.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 20 de nov. 2021.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 20 de nov. 2021.
- FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 29, nº. 02, jul./dez. 2004, p. 179-200.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados, 1989, 49p.
- FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. *Literacy: Reading the Word and the World*. South Hadley, **MA: Bergin & Garvey**, 1987, 184p.
- MOL, Suzanne E.; BUS, Adriana G. To read or not to read: a meta-analysis of print exposure from infancy to early adulthood. *American Psychological Association, Psychological Bulletin*, vol. 137, n. 02, 2011, p. 267-296.
- ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: o que mudou nos últimos 30 anos. **Estudos e pesquisas**, v. 83, 2004, 26p.
- SINGER, Paul. **Repartição de renda: pobres e ricos sob o regime militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2. Ed, 1986, 95p.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, 128p.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Editora Contexto, 2017, 160p.

STREET, Brian V. **Literacy in theory and practice.** Cambridge University Press, 1984, Printed in United State, 1995, 256p.

Contribuição dos autores

Autor 1: Participação ativa na concepção, análise e interpretação dos resultados.

Autor 2: Participação ativa na concepção, análise e interpretação dos resultados.

Autor 3: Revisão final do manuscrito e produção das figuras presentes no texto para complementação e compreensão das análises presentes no texto pelo leitor.

Enviado em: 28/março/2021 | Aprovado em: 22/dezembro/2021